

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM: CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE – SANTA CATARINA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura14>

Nilzo Ivo Ladwig

José Gustavo Santos da Silva

Mônica Priscila Kravczik Guglielmi

Juliana Debiasi Menegasso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, as cidades são as principais geradoras de ofertas culturais e necessitam contemplar seu patrimônio como eixo de desenvolvimento, encontrando na promoção do turismo uma estratégia para sustentar e suprir os altos custos de recuperação e manutenção desses lugares. Visando atrair o crescente segmento do turismo cultural, os projetos turísticos da cidade devem ser voltados ao fator cultural na formação de seus produtos e valorização histórica local (MELO, 2015).

Filippim, Hoffmann e Feger (2006) afirmam que o surgimento do turismo rural não implica na exclusão de outras práticas produtivas preexistentes na localidade, mas, pelo contrário, acaba por promover sua valorização. Nesse sentido, a região do município de Morro Grande, SC, abrange alta demanda para a atratividade turística por sua bagagem cultural e morfologia, na promoção de modalidades como esportes, lazer e entretenimento, natureza e ecoturismo, passeios, aventuras, etc. Dentre esses elementos, constitui-se a importância da valorização paisagística na localidade e sua relevância para o desenvolvimento da economia local.

Segundo Polette (1999), a paisagem pode ser definida como uma composição de componentes de diferentes amplitudes formados a partir dos processos naturais e da atividade antrópica, que se encontram em permanente interação e desenvolvem-se historicamente. Atualmente, a paisagem adquire importância em diversas linhas de pesquisa, sendo também utilizada em diferentes escalas espaciais de compreensão por meio das relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas.

O aspecto paisagístico tem enorme influência na contribuição da manutenção para a conservação local como patrimônio natural. Salcedo (2008) identifica o conceito de patrimônio e suas ramificações; o patrimônio cultural, em seu sentido material e imaterial, e o patrimônio natural – elementos da biodiversidade, incluindo a flora e a fauna, ecossistemas e estruturas

geológicas. A conservação, restauração e reabilitação do patrimônio cultural e natural leva à sua valorização e a seu reconhecimento para a atratividade turística, o que contribui para o desenvolvimento econômico da cidade e para a sustentação das atividades de manutenção e preservação (SALCEDO, 2008).

O município de Morro Grande apresenta grande potencial turístico no que diz respeito aos atrativos naturais, tendo hoje em seu rol turístico treze atrações, sendo apenas duas de cunho turístico-religioso e duas voltadas à prática de esportes, as nove atrações restantes giram seu foco em torno do ecoturismo, possibilitando a interação com a natureza. O ecoturismo se apresenta como uma alternativa ao mundo globalizado, onde as pessoas que residem nos centros urbanos ficam saturadas da vida corrida desses centros, assim buscam alternativas em meio à natureza para satisfazer aquilo que no passado recente destruíram em nome do progresso (BUENO; PIRES, 2006; BRAGA; ALVES, 2008; CAMPOS, 2015).

Nesse cenário, a prática do ecoturismo pode ser entendida como um “[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2008a, p. 16). Assim, sobreleva sua importância na conservação do meio ambiente e do patrimônio.

A metodologia de avaliação qualitativa da paisagem auxilia contribuindo para o desenvolvimento do ecoturismo, pois a avaliação permite obter resultados expressivos referentes ao potencial turístico da região de forma detalhada através da observação das características da qualidade, que o cenário paisagístico local oferece aos visitantes.

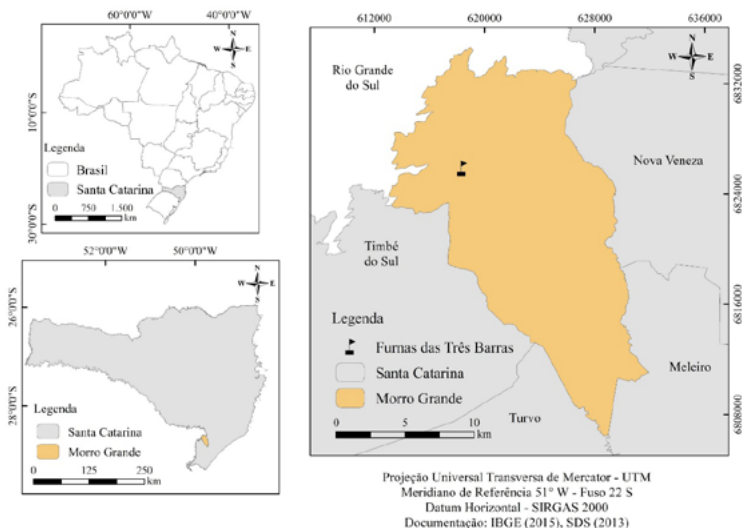
O ecoturismo leva em consideração a presença e a riqueza dos elementos naturais da paisagem. É nesse aspecto que o trabalho propõe a obtenção de resultados que evidenciem a potencialidade turística do município de Morro Grande no que diz respeito à sua capacidade de fornecer atrativos naturais voltados ao ecoturismo e de que forma a prática dele pode contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico local.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Instituído pela Lei Estadual nº 777, de 01 de dezembro de 1961, Morro Grande se tornou um distrito, mas antes era subordinado ao município de Meleiro. O distrito permaneceu assim até o ano de 1992, quando foi elevado à categoria de município, com a denominação de Morro Grande, pela Lei Estadual nº 8.559, de 30 de março de 1992, desmembrando-se de Meleiro (MORRO GRANDE, 2015).

Situado no Extremo Sul de Santa Catarina, o município de Morro Grande possui limites territoriais com o estado do Rio Grande do Sul, ao norte, e com os municípios de Turvo e Meleiro, ao sul (Figura 1). A leste, faz limite com o município de Nova Veneza, e ao oeste, com o município de Timbé do Sul, assim compondo a associação de municípios do extremo sul catarinense (AMESC). Conta com 2.890 habitantes, conforme o último censo (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização Geográfica de Morro Grande



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

O município tem suas atividades econômicas voltadas ao setor agropastoril, com destaque para as culturas de feijão, tabaco, fumo e arroz, sendo esta última a cultura mais plantada dentro da bacia hidrográfica do rio Araranguá, da qual o município de Morro Grande faz parte, sendo banhado pelos rios Manoel Alves, Do Meio, Saltinho e Pilão.

Historicamente, a região foi ocupada por diferentes culturas. Ainda na pré-história, os mamíferos da megafauna deixaram seus registros, cujos mais comuns são as estruturas sedimentares biogênicas, conhecidas por paleotocas, em cujo interior se encontram evidências da ocupação da megafauna extinta no final do Pleistoceno e da ocupação por grupos pré-históricos, sendo habitadas também por povos nativos da etnia Xokleng (BUCHMANN *et al.*, 2003; CEZARO, 2016).

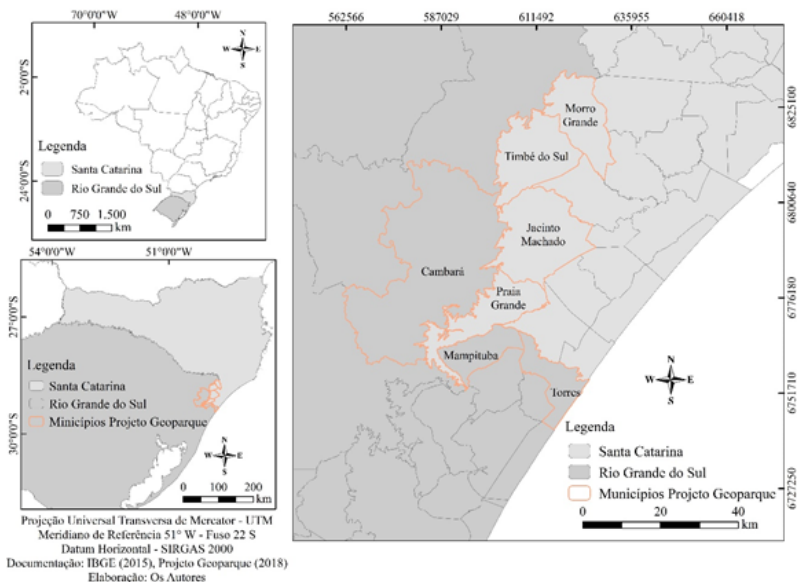
A avaliação paisagística foi desenvolvida no entorno de um dos pontos turísticos do município, as Furnas das Três Barras, conhecidas também pela presença das Paleotocas, de túneis e de labirintos escavados nos morros de arenitos. As Paleotocas, segundo Buchmann *et al.* (2003), foram formadas em quatro tipos de substrato. A área de estudo faz parte dos substratos associados às Terras Altas e aos Basaltos Mesozoicos alterados associados à Formação da Serra Geral.

A ocupação pré-colonial da região sul de Santa Catarina se desenvolveu em torno das tradições de grupos caçadores-coletores, pescadores-coletores pré-cerâmicos e, mais ao litoral, de grupos sambaquieiros (CAMPOS, 2015; CEZARO, 2016). A ocupação colonial se deu a partir dos anos de 1918, com a chegada de famílias italianas vindas de cidades mais ao norte, como Morro da Fumaça, Urussanga, Içara e Criciúma.

Hoje, o município demonstra alta potencialidade para atratividades turísticas por apresentar em sua paisagem uma diversidade de formas geomorfológicas e vegetacionais, como a Serra Geral, a mata nativa do bioma Mata Atlântica e as belas cachoeiras, ideais para a promoção do ecoturismo com prática de esportes radicais e trilhas.

Segundo dados da Prefeitura do Município de Morro Grande (2020), a região localiza-se a 20 km do centro da cidade e fica a 4 km da comunidade mais próxima, que é Três Barras. Esse local é próximo a outros pontos turísticos e está inserido no território do projeto Geoparque, que integra um projeto do Governo do Estado de Santa Catarina denominado Caminhos dos Cânions do Sul.

Figura - 2 Municípios Integrantes do Projeto Geoparque



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

METODOLOGIA

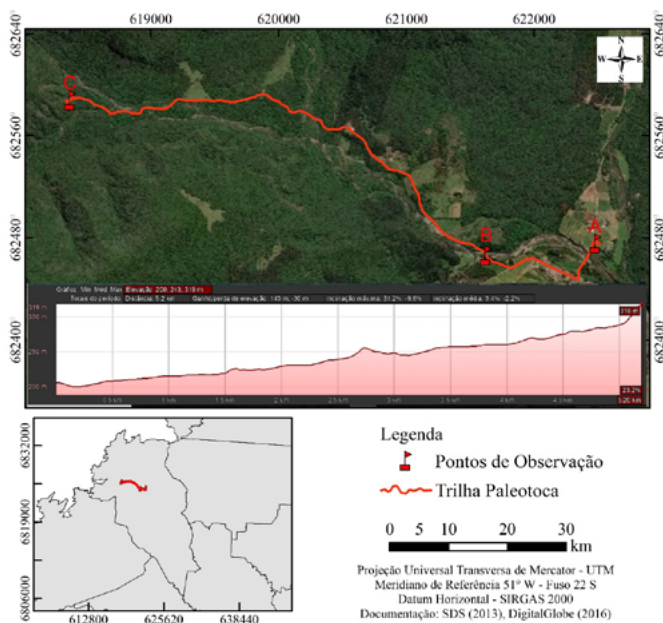
A opção metodológica deste capítulo seguiu uma abordagem descritiva, baseada no trabalho de Pires e Soldateli (2010), denominada “avaliação da qualidade visual”, a qual tem por base os trabalhos de Bernáldez (1981), Ignácio *et al.* (1984) e Cerro (1993). “É, portanto, um método subjetivo cujos critérios

internos se baseiam em juízo de valor profissional a partir do conhecimento e da experiência de quem o adota e o utiliza” (PIRES; SOLDATELI, 2010, p. 6).

Dessa forma, o capítulo é composto por uma análise qualitativa de três pontos de observação específicos da paisagem, a qual ocorreu durante a trilha das Paleotocas, que foi realizada individualmente por seis discentes do mestrado em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), na disciplina de Ecologia de Paisagem.

A trilha percorrida até o ponto de observação três pode ser observada na figura 3, onde é demonstrado o caminho feito pelos avaliadores. A trilha em questão leva até um dos pontos turísticos do local e teve extensão de 5,2 km, com elevação de 230 metros do ponto de saída (A) até 318 metros no ponto das paleotocas (C). O perfil de elevação foi gerado no *Google Earth Pro*.

Figura – 3 Trilha das Paleotocas



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

A análise consistiu na observação dos pontos, seguindo os seguintes parâmetros da metodologia proposta por Pires e Soldateli (2010): naturalidade, singularidade e detratores da paisagem. Para cada um deles há uma série de observações a se fazer quanto aos componentes da paisagem (quadro 1).

Quadro 1- Componentes da paisagem e suas características

Componentes da paisagem	Características visuais
Relevo	Forma/volume, linha, espaço, escala/dimensão
Solo/Rocha	Forma, textura, linha e cor
Vegetação	Forma, textura, linha e cor
Água	Forma, linha, cor, espaço e escala
Atividades humanas	Forma, textura, linha, cor, espaço e escala

Fonte: Adaptado de Pires e Soltateli (2010).

No parâmetro de observação de naturalidade, as características variam de paisagem natural sem alterações visíveis ou paisagem natural pouco alterada – consideradas a naturalidade Superior (S), a naturalidade Média Superior (MS), a naturalidade (M), a naturalidade Média Inferior (MI) e a paisagem urbana, com poucos elementos naturais ou áreas verdes, considerada a naturalidade Inferior (I).

Na observação da singularidade, foi levada em conta a presença na paisagem de componentes e/ou de suas propriedades visuais com atributos tais como: unicidade, raridade, grandiosidade, excepcional beleza ou ocorrência de interesse histórico ou cultural que possua expressão visual e etc. Neste aspecto, atribuiu-se como característica de avaliação a potencialidade turística da localidade, dispondo as nomenclaturas que representam o grande potencial de atratividade turística em nível nacional e internacional (Gr), o razoável potencial de atratividade turística em nível estadual a subnacional (Rz) e o limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual ou regional (Lm).

Para a avaliação dos detratores, foram consideradas as possíveis alterações antrópicas no ambiente, variando entre pequena intrusão (PI), conjunto de pequenas intrusões (Cj-PI), média intrusão (MI), conjunto de médias intrusões (Cj-MI), grande intrusão (GI) e conjunto de grandes intrusões (Cj-GI).

Como instrumento metodológico para observação e descrição, foi utilizado um quadro (1) adaptado a partir de Pires e Soldateli (2010), no qual cada avaliador compôs e descreveu detalhadamente as características da paisagem e acrescentou a nomenclatura que representa cada plano destacado na imagem.

Quadro 2 - Quadro referente aos dados de naturalidade, detratores e singularidade

Ponto de Observação	Ponto 1 - nome do ponto		
	Vista observada	Nomenclatura	Descrição
Naturalidade (S; MS; M; MI; I)	Primeiro Plano		
	Segundo Plano		
	Terceiro Plano		
	Plano de Fundo		
Singularidades (Gr; Rz; Lm)	Primeiro Plano		
	Segundo Plano		
	Terceiro Plano		
	Plano de Fundo		
Detratores (PI; Cj-PI; MI; Cj-MI; GI; Cj-GI)	Primeiro Plano		
	Segundo Plano		
	Terceiro Plano		
	Plano de Fundo		

Fonte: Adaptado de Pires e Soldateli (2010).

A partir das observações feitas, foi realizada a tabulação dos dados para a obtenção de uma média entre as onze avaliações. Desse modo, a média obtida possibilitou expressar de forma conjunta o resultado completo das

avaliações. Foi orientado a cada avaliador para que levasse em consideração toda a amplitude das vistas observadas, assim como fosse descrita na metodologia reproduzida, “[...] tendo em conta que na prática a experiência visual do observador é exatamente o resultado do conjunto de todas as vistas por ele observadas, onde se agregam todos os seus componentes e elementos visuais constituintes” (PIRES; SOLDATELI, 2010, p. 8-9).

Há também um nível de subjetividade em cada avaliação, visto que apesar de seguirem um modelo descritivo, cada avaliador/observador levou em consideração durante a sua avaliação os seus diversos conhecimentos e suas percepções próprias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Potencialidades Turísticas do Município de Morro Grande/SC

Os resultados foram divididos por pontos de observação/avaliação. A tabela 2, a seguir, aponta a média obtida nas descrições de avaliação qualitativa da paisagem pelos seis integrantes referentes aos quatro pontos específicos, e a figura 2 demonstra as fotografias dos pontos observados.

Quadro 3 - Pontos de observação

Observação	Naturalidade	Singularidade	Detratores
1º Ponto (A)	M e MS	LM	CJ-MI e CJ-PI
2º Ponto (B)	MS e S	RZ a LM	PI e CJ-MI
3º Ponto (C)	MS e S	LM	CJ-PI

*(MS): Naturalidade Média Superior. (S): Naturalidade superior. (Lm): limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual ou regional. (Gr): grande potencial de atratividade turística em nível nacional e internacional. (Rz): razoável potencial de atratividade turística em nível estadual a subnacional. (Pi): pequena intrusão. (Cj-Pi): conjunto de pequenas Intrusões. (Cj-Mi): conjunto de médias intrusões.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No primeiro ponto, na avaliação da naturalidade, os resultados obtidos foram o de naturalidade média (M) e o de naturalidade média superior (MS). A singularidade ficou em limitado potencial de atratividade turístico em nível subestadual (LM). Referente aos detratores, esse ponto foi avaliado em Cj-Pi e Cj-MI, ou seja, no conjunto de pequenas e médias intrusões.

A naturalidade média dada a esse ponto variou em torno de a paisagem observada apresentar no segundo e no terceiro planos uma vegetação e geomorfologia de grande naturalidade aos olhos dos observadores, mas em contrapartida foi a paisagem observada que mais apresentou características de intervenção humana como cultivares (pode-se observar o cultivo de fumo e de milho em primeiro plano), assim como estradas de chão batido e o elemento poste de luz elétrica, que acaba por entrar em todos os planos das imagens como elemento antrópico detratador, rebaixando a avaliação de potencialidade turística e aumentando a avaliação de detratores.

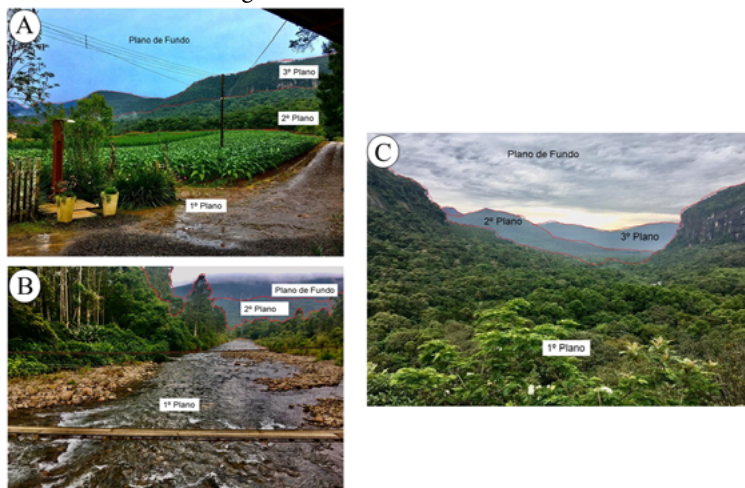
As avaliações do segundo ponto para a naturalidade obtidas foram de naturalidade média superior (MS) e naturalidade superior (S), pois a paisagem observada pelos avaliadores consistia em um alto nível de elementos naturais, como o curso de um rio e vegetação no primeiro e segundo planos, assim como no plano de fundo se observou um paredão recoberto por vegetação no dia da avaliação em específico, coberto parcialmente por nuvens, tornando assim a paisagem observada com avaliação de singularidade em razoável potencial de atratividade turística em níveis subestadual e nacional. No entanto, observou-se na paisagem instruções de vegetação não nativa às margens do curso da água, como eucalipto e bananeiras, deixando a avaliação de detratores em um conjunto de pequenas intrusões (CJ-PI).

No terceiro ponto, no que concerne à naturalidade da paisagem, os dados obtidos foram de naturalidade média superior (MS) e naturalidade superior (S), assim como no ponto dois, ou seja, a paisagem observada possuía características predominantemente naturais, com alterações pequenas a moderadas, ou paisagem natural sem alterações visíveis, pouco alteradas.

Referente à sua singularidade, ainda no terceiro ponto de observação, as características observáveis variaram de limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual (Lm). Nesse aspecto, o terceiro ponto observado apresentou boa atratividade turística no local por sua vegetação com formas geomorfológicas e história (no que concerne às paleotocas).

Os detratores observados na paisagem do terceiro ponto variaram de conjunto de pequenas intrusões (Cj-PI) a um conjunto de médias intrusões (Cj-MI). Os observadores relataram a presença de elementos antrópicos visíveis na paisagem, como malhas de eucalipto e bananicultura, assim como se observou desse ponto a presença de estrada de chão batido, elementos esses que interferem na paisagem.

Figura 4 - Pontos observados



Fonte: Acervo dos autores (2019).

Os resultados gerais apresentados evidenciaram que a região tem alto potencial turístico, apontando para o segmento ecoturístico e diversas atividades voltadas a esse meio como o turismo rural. “A análise da paisagem

fornece subsídios ao processo de planejamento turístico, mais especificamente nas fases de inventário e diagnóstico de recursos turísticos, tanto em escala municipal quanto regional” (PIRES; SOLDATELI, 2010, p. 12).

Apesar disso, para o ecoturismo se desenvolver de forma mais efetiva, é necessário um investimento por partes, como, por exemplo, o poder público municipal, empresas de turismo e até a comunidade local. Matheus e Raimundo (2017, p. 454) apontam que “[...] as políticas e definições sobre ecoturismo abordam basicamente três aspectos: a conservação do meio ambiente, a conscientização ambiental dos visitantes e o envolvimento da comunidade local”. Sem esses aspectos, o local de desenvolvimento dos segmentos ecoturísticos pode não ter sucesso.

Esse processo de intensificação de atividades ecoturísticas deve, antes de tudo, ser regido por normas e ser feito de forma correta, pois, por vezes, o turismo, em suas diversas formas, é estimulado pelo poder público e pela indústria, sem um planejamento prévio de seus efeitos negativos sobre o espaço turístico, sem atenção à legislação vigente, sem consulta à população local e sem projetos eficazes de administração das áreas pretendidas (WEARING; NEIL, 2001).

Kinker (2002, p. 79) aponta que o “[...] produto turístico consiste basicamente em dois elementos: o atrativo em si, que é o que o turista procura e uma distinção aceitável, que tenha uma base receptiva mínima”. Nesse sentido, o papel do poder público é o de regulador e estimulador do desenvolvimento, de modo que beneficie as comunidades locais. Ele deve fornecer infraestrutura básica como acesso aos atrativos turísticos, iluminação de qualidade, tratamento e coleta de lixo e esgoto para que não venham a autopoluir seus recursos naturais (SOLHA, 2010). Ainda, existe o papel voltado à parte da recepção dos visitantes, que também é fundamental na divulgação (*marketing*) de seus produtos para atrair potenciais turistas (KINKER, 2002; WEARING; NEIL, 2001).

Ruschmann (2002) menciona que uma política de serviço turístico bem estabelecido eleva diversos benefícios a um determinado local, como a

ascensão das atividades econômicas. Dentro dessa potencialidade, podemos citar a geração de empregos diretos e indiretos associados aos empreendimentos turísticos, o aumento de atividades comerciais da comunidade, a atração de pessoas especializadas na área pela demanda turística, como também os benefícios socioculturais. Em razão disso, podem ser elencados o aumento do comércio de produtos artesanais, o incremento e a renda direta à população, a valorização da história regional e a valorização e preservação do patrimônio natural e histórico.

Podem-se relacionar à prática algumas das atividades para os benefícios ambientais, a criação de planos de conservação tanto para áreas naturais quanto para sítios arqueológicos, a inserção de projetos de conservação ambiental e estudos de pesquisa em níveis de pós-graduação, pois trariam benefícios para a valorização dos espaços naturais e convívio com a natureza (RUSCHMANN, 2002). Wearing e Neil (2001, p. 38) afirmam que o “[...] planejamento eficaz aumenta a possibilidade do desenvolvimento sustentável do ecoturismo”.

Apesar da forte capacidade de abarcar a categoria do ecoturismo, o município ainda carece de planos de visem exclusivamente às suas potencialidades turísticas. Presenciou-se, ainda, a dificuldade de encontrar registros oficiais dos órgãos responsáveis que prevejam a implantação de algum plano municipal em relação ao ecoturismo na região.

Assim, destaca-se a importância da iniciativa governamental em promover um plano de desenvolvimento regional que abarque as relações de sociedade e meio ambiente por meio de políticas públicas que regulem e conduzam as atividades da cidade nos moldes do desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente. Wearing e Neil (2001, p. 38) elencam que “[...] amplamente se encontra na área governamental a maior possibilidade de modelar o turismo, decretando como ele deve ser promovido, planejado, administrado e regulamentado”.

Aponta-se que o município carece de um plano diretor, o qual seria responsável direto pelo zoneamento e determinação das áreas de interes-

se da região e serviria como um primeiro instrumento de regulação para as atividades turísticas, apesar de o município comportar pouco mais de 2.890 habitantes, o que não o encaixa no parágrafo I do artigo 41 do estatuto das cidades, que obriga municípios com mais de vinte mil habitantes, mas como apresenta alto interesse turístico, encaixa-se no parágrafo V, que torna o plano diretor obrigatório para “[...] integrantes de áreas de especial interesse turístico” (BRASIL, 2008b, p. 21).

A partir de uma discussão democrática com a comunidade local, deve-se, em um primeiro momento, para alavancar o potencial turístico da região, elaborar o plano diretor do município e nele desenvolver como base uma política e um planejamento turístico. Como apontado por Wearing e Neil (2001, p. 41-42), seguem alguns elementos que devem ser considerados para a preparação de um plano turístico:

- a. atrações e atividades turísticas;
- b. acomodações;
- c. transporte e outras instalações e serviços turísticos;
- d. outros elementos de infraestrutura;
- e. elementos institucionais.

O plano turístico não se deve limitar a esses elementos, mas os tomar como base para desenvolver na comunidade local um plano específico que abarque as especificidades locais. Torna-se necessária, portanto, a elaboração desse plano, pois o município de Morro Grande integra o território do projeto do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, que está em análise pela UNESCO, unificando uma área de alto interesse turístico, a qual abrange municípios dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Um dos princípios de um Geoparque é a conservação de sua geodiversidade, desde suas rochas, fósseis, vegetação, solos, patrimônios históricos, entre outros. A conservação desses diversos tipos de patrimônios da humani-

dade é intitulada de Geoconservação (BRILHA, 2005), o que viria a casar com as diretrizes do ecoturismo, ou seja, a conservação, manutenção e apropriação da natureza como um bem comum.

Devemos levar em consideração também que o turismo pode causar impactos ao mesmo tempo positivos, como já elencado anteriormente, mas também negativos no meio ambiente a partir do momento que se aumenta a demanda e o uso de bens naturais, ou seja, para receber os turistas que farão uso do espaço natural que o ecoturismo proporciona concomitantemente, aumenta-se o consumo de energia necessário para suprir as necessidades dessa população visitante, podendo, se não for feito de forma correta, causar o esgotamento dos bens naturais locais (PIRES, 2010).

Dessa forma, o ecoturismo, estando embasado nos princípios do desenvolvimento sustentável, proporciona um elo de ligação entre os três pilares fundamentais – econômico, social e ambiental. Pensando na prática dessa atividade, volta-se à análise da inter-relação desses elementos e das influências entre si. As atividades humanas sempre tiveram uma íntima ligação com o meio sob o uso dos recursos disponíveis. No desenvolvimento da cultura, é oportuno pensar no desenvolvimento sob a preservação dos aspectos naturais na conservação do patrimônio e na contribuição para o desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área, por suas características, está voltada a importantes estudos em torno do patrimônio cultural arqueológico e natural e também à prática do ecoturismo. O ecoturismo na região também impulsiona e preconiza futuras pesquisas, auxiliando-a na conservação da fauna e da flora locais, típicas de Mata Atlântica, e na valorização e conservação do patrimônio histórico regional.

Os resultados obtidos durante a avaliação de qualidade visual da paisagem consideraram que o local possui um grande potencial para o turismo

em nível nacional e internacional, possuindo a capacidade de prezar pela prática do ecoturismo na região, utilizando-a como ferramenta para a preservação do patrimônio natural e do desenvolvimento socioeconômico do município.

O ecoturismo é um caminho de desenvolvimento que no cenário atual tem a capacidade de reconciliar a permanência e a preservação dos recursos naturais e a geração de renda para a cidade/campo, contribuindo, de tal forma, para o desenvolvimento sustentável, além de cooperar na sensibilização das relações humanas com o ambiente. Essa prática deve ser pensada em sua permanência sob os benefícios ambientais, que são regidos por normas e planejados previamente, impactando de forma positiva para o bem-estar social e natural.

A metodologia aplicada permitiu uma experiência prática significativa acerca do conceito de paisagem e sua importância nas relações sociais, econômicas e ambientais locais. A discussão desse conceito permitiu uma maior aproximação e compreensão sobre sua importância para o desenvolvimento local e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

- BERNALDEZ, F. G. **Ecologia y paisaje**. Madrid: H. Brume Ediciones, 1981.
- BRAGA, F. S.; ALVES, S. F. N. S. C. A geografia humanística e suas relações com o ecoturismo. **Revista Universitária de Geografia**, Bahía Blanca, Buenos Aires, v. 17, n. 1, p. 105-124, jan. 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008a. 6 p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações básicas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. 96 p.
- BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008b. 102 p.

BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação**: A conservação da natureza na sua vertente geológica. Coimbra, Portugal: Palimage, 2005. 183 p.

BUCHMANN, F. S. C.; CARON, F.; LOPES, R. P.; TOMAZELLI, L. J. Traços fósseis (paleotocas e crotoquinas) da megafauna extinta no Rio Grande do Sul, Brasil. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 2., 2003, Recife. **Anais [...]**. Recife, PE: ABEQUA, 2003.

BUENO, F. P.; PIRES, P. S. Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2006. 14 p. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT11-B1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

CAMPOS, A. M. N. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. *In*: **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-6, jan. 2005.

CAMPOS, J. B. **Arqueologia entre rios e a gestão integrada do território no extremo sul de Santa Catarina – Brasil**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2015.

CERRO, F. L. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid: MCYT, 1993 (Serie libros turísticos).

CEZARO, H. S. **A arte pré-histórica no extremo sul catarinense-SC**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

FILIPPIM, M. L.; HOFFMANN, V. E.; FEGER, J. E. Turismo Rural no Meio-Oeste de Santa Catarina: características de gestão da atividade. 2006. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2006. 18p. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/>

seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT11-B1.pdf.
Acesso em: 18 ago. 2019.

IGNACIO, C. F *et al.* **Guia para Elaboracion de Estúdios del Médio Físico:** contenido y metodologia. Vol. 3. 2. ed. Madrid: CEOTMA, 1984 (Serie Manuales).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades.** 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/morro-grande/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2019.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas: Papirus, 2002.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 455-479, 14 set. 2017. Doi <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1336>.

MELO, M. A. W. S. **Turismo e Patrimônio Cultural:** Processo de Tombamento e Estratégias de Utilização Turística do Centro Histórico de Natal/RN. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MORRO GRANDE. **Histórico.** Município de Morro Grande. Morro Grande: PMMG, 2015. Disponível em: <https://www.morrogrande.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/56940>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MORRO GRANDE. **Portal de Turismo.** Furnas das Três Barras: natureza e ecoturismo. Publicado em 2020. Disponível em: <https://turismo.morrogrande.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9103>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PIRES, P. S. Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (Org.). **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo:** Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo. Barueri: Manole, 2010, p. 3-31 (Coleção Ambiental).

PIRES, P. S.; SOLDATELI, M. Avaliação da Qualidade Visual da Paisagem no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC: uma aplicação metodológica focada no uso público e na valorização turística. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*, 6., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2010. 14 p.

POLETTE, M. Paisagem: uma reflexão sobre um amplo conceito. **Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, Sem., v. 2, n. 3, abr./set. 1999. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1190/946>. Acesso em: 18 ago. 2019.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Vol. 1. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002. 199 p.

SALCEDO, R. F. B. Gestão do patrimônio cultural e natural. **Olam - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 8, n. 2, p. 152-181, jan./jun. 2008.

SOLHA, K. T. Papel do poder Público para o Turismo Sustentável. *In: PHILIPPI JUNIOR, A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (Org.). Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo: Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri: Manole, 2010, p. 31-44 (Coleção Ambiental).

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri, SP: Manole, 2001.